

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do Governo Central em outubro de 2022

De acordo com dados da execução orçamentária registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, que fornecem boa aproximação aos dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ o mês de outubro de 2022 apresentou um superávit primário de R\$ 30,1 bilhões nas contas do governo central. Como mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 171,3 bilhões nesse mês, tendo crescido, em termos reais, 2,8% quando comparada com outubro de 2021, ao passo que a despesa totalizou R\$ 141,2 bilhões, acréscimo de cerca de 3,6% na mesma base de comparação. Assim, o resultado primário de outubro foi quase idêntico ao observado no mesmo mês de 2021, quando se registrou, em termos reais, um superávit de R\$ 30,3 bilhões. No acumulado do ano até outubro, o superávit primário está em R\$ 66,3 bilhões, contra um déficit de R\$ 58,7 bilhões em igual período de 2021.

Em outubro de 2022, quando comparadas ao mesmo mês do ano anterior, as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) apresentaram um crescimento de 3,6%; a arrecadação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cresceu 11,3%; as receitas não administradas tiveram uma redução de 3%; e as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais cresceram 12,1%, sempre em termos reais. Com isso, a receita líquida de transferências subiu 2,8%. No acumulado do ano até outubro, a receita total registrou uma variação real de 12,8%, fortemente impactada pelas receitas não administradas pela RFB, que avançaram 44,5% (tabela 1).

Com relação à despesa total, ainda na tabela 1, o resultado para outubro de 2022 registrou um crescimento real de 3,6% relativamente ao mesmo mês do ano passado. No acumulado do ano, a despesa total cresceu 2,3%, em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para a expansão de despesas com a previdência, no valor de R\$ 11,4 bilhões (1,7%), e com despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 86,8 bilhões (40,1%). O aumento nessas despesas foi parcialmente compensado pelas reduções nas despesas com pessoal em R\$ 20,2 bilhões (-6,9%) e nas outras despesas obrigatórias em R\$ 43,7 bilhões (-14,8%), na mesma base de comparação.

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 11 de novembro de 2022.

1. Conforme destacado em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/>>.

TABELA 1

Governo central – resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de out./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-outubro (preços constantes, R\$ milhões de out./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de out./2022)		Taxa de variação (%)
	out./2021	out./2022		2021	2022		Até out./2021	Até out./2022	
	1-Receita Total	194.651		202.738	4,2		1.723.747	1.944.804	
1.1 - Receita Administrada pela RFB	121.787	126.222	3,6	1.087.694	1.173.302	7,9	1.292.918	1.400.423	8,3
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-95	-52	-45,0	-95	-131	36,8
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	40.849	45.466	11,3	397.825	427.173	7,4	510.011	535.890	5,1
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	32.014	31.050	-3,0	238.325	344.382	44,5	270.312	407.135	50,6
2. Transf. Por Repartição de Receita	28.084	31.479	12,1	309.575	371.357	20,0	375.017	450.063	20,0
3. Receita Líquida (1-2)	166.567	171.259	2,8	1.414.172	1.573.447	11,3	1.698.129	1.893.253	11,5
4. Despesa Total	136.242	141.159	3,6	1.472.825	1.507.179	2,3	1.828.962	1.808.088	-1,1
4.1 Benefícios Previdenciários	58.006	61.666	6,3	666.093	677.541	1,7	786.239	792.563	0,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.339	25.677	-2,5	294.402	274.187	-6,9	367.883	341.657	-7,1
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	27.663	28.527	3,1	295.683	251.955	-14,8	390.638	293.317	-24,9
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	24.234	25.289	4,4	216.647	303.496	40,1	284.201	380.551	33,9
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	30.326	30.100	-0,7	-58.652	66.268	-213,0	-130.833	85.165	-165,1

Fonte: STN; Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional da arrecadação. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em outubro foi registrado um crescimento real de arrecadação de R\$ 4,4 bilhões (3,6%) em relação ao mesmo mês do ano passado, impactado pela arrecadação do Imposto de Renda – aumento de R\$ 8 bilhões (14,9%) – e pelas reduções no total arrecadado com o Imposto de Importação, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e outras receitas administradas pela RFB – que, no agregado, diminuíram em R\$ 3,4 bilhões (-11,3%). As receitas não administradas pela RFB apresentaram, em outubro, uma redução de R\$ 965 milhões (-3%) em relação ao mesmo mês de 2021. Os dados acumulados em 2022 demonstram um expressivo aumento na participação das receitas não administradas, com destaque para receitas de dividendos e participações, com crescimento de R\$ 55 bilhões (227,1%); concessões e permissões acumulando aumento de R\$ 35,7 bilhões (491,1%); e exploração de recursos naturais, com expansão de R\$ 28,2 bilhões (30,7%) – todas em relação ao acumulado no mesmo período de 2021. Vale mencionar também o aumento real da arrecadação agregada, quando comparada ao mesmo período do ano anterior, do Imposto de Renda, do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e da CSLL, no montante de R\$ 123,6 bilhões (19,8%).

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de out./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-outubro (preços constantes, R\$ milhões de out./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de out./2022)		Taxa de variação (%)
	out./2021	out./2022		2021	2022		Até out./2021	Até out./2022	
	1-Receita Total	194.651		202.738	4,2		1.723.747	1.944.804	
1.1 - Receita Administrada pela RFB	121.787	126.222	3,6	1.087.694	1.173.302	7,9	1.292.918	1.400.423	8,3
1.1.01 Imposto de Importação	5.651	5.344	-5,4	56.658	49.743	-12,2	67.961	61.242	-9,9
1.1.02 IPI	6.453	5.005	-22,4	64.731	51.313	-20,7	80.474	64.926	-19,3
1.1.03 Imposto de Renda	53.946	61.960	14,9	470.692	556.917	18,3	555.093	656.816	18,3
1.1.04 IOF	5.213	5.201	-0,2	42.546	49.433	16,2	46.323	60.633	30,9
1.1.05 Cofins	25.708	25.558	-0,6	248.186	233.004	-6,1	302.545	286.434	-5,3
1.1.06 PIS/Pasep	6.929	6.909	-0,3	68.952	67.740	-1,8	83.966	82.407	-1,9
1.1.07 CSLL	15.007	14.417	-3,9	109.239	139.682	27,9	123.807	156.757	26,6
1.1.09 CIDE Combustíveis	198	2	-99,2	1.537	1.681	9,4	1.642	2.239	36,3
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.682	1.827	-31,9	25.152	23.789	-5,4	31.106	28.968	-6,9
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-95	-52	-45,0	-95	-131	36,8
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	40.849	45.466	11,3	397.825	427.173	7,4	510.011	535.890	5,1
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	32.014	31.050	-3,0	238.325	344.382	44,5	270.312	407.135	50,6
1.4.1 Concessões e Permissões	3.441	114	-96,7	7.261	42.922	491,1	8.143	46.271	468,2
1.4.2 Dividendos e Participações	15	0	-100,0	24.202	79.173	227,1	25.792	101.951	295,3
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.461	1.340	-8,3	15.335	13.482	-12,1	20.159	17.826	-11,6
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	18.258	19.863	8,8	91.917	120.142	30,7	99.973	131.598	31,6
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.283	1.262	-1,7	14.684	17.187	17,0	17.759	20.797	17,1
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.021	2.343	15,9	20.406	21.585	5,8	25.745	27.510	6,9
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	21	-	-100,0	21	-	-100,0	26	13	-50,6
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	5.516	6.129	11,1	64.498	49.892	-22,6	72.714	61.169	-15,9
2. Transf. Por Repartição de Receita	28.084	31.479	12,1	309.575	371.357	20,0	375.017	450.063	20,0
3. Receita Líquida (1-2)	166.567	171.259	2,8	1.414.172	1.573.447	11,3	1.698.129	1.893.253	11,5

Fonte: STN; Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; LC – lei complementar.

Ao desagregar as despesas (tabela 3), fica evidente o impacto em outubro dos benefícios previdenciários, de abono e seguro-desemprego e das despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Auxílio Brasil), as quais apresentaram um crescimento real de R\$ 10,8 bilhões (14,9%), quando comparadas com o mesmo mês do ano passado. Esse montante foi parcialmente compensado pela redução de despesas com pessoal e encargos sociais, créditos extraordinários e discricionárias. No acumulado do ano, o destaque é para as despesas com créditos extraordinários, rubrica fortemente impactada pela pandemia de Covid-19 no ano passado, sem contrapartida este ano, que levou a uma queda de R\$ 79,7 bilhões (-67%), em comparação com o mesmo período de 2021. Entretanto, algumas despesas aumentaram em 2022, como o pagamento de abono e seguro-desemprego, com crescimento de 31,9% (influenciado pelo ajuste no calendário do abono salarial adotado em 2021); as despesas com complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), com alta de 43,5%; os gastos com subsídios, subvenções e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), que cresceram 112,8%; e a despesa obrigatória sujeita à programação financeira, com aumento de 43,7%, muito em função do Auxílio Brasil em 2022, que elevou o valor do benefício médio e a população coberta em relação ao programa de transferência de renda anterior. Por fim, é importante mencionar que as despesas obrigatórias, inclusive aquelas com controle de fluxo – ou seja, as despesas totais exclusive as despesas discricionárias –, não registraram variação significativa até outubro, apresentando um aumento real de R\$ 2,3 bilhões (0,2%) em comparação com o acumulado no mesmo período de 2021.

TABELA 3
Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de out./2022)		Taxa de variação (%)	Janeiro-outubro (preços constantes, R\$ milhões de out./2022)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de out./2022)		Taxa de variação (%)
	out./2021	out./2022		2021	2022		Até out./2021	Até out./2022	
	4. DESPESA TOTAL	136.242		141.159	3,6		1.472.825	1.507.179	
4.1 Benefícios Previdenciários	58.006	61.666	6,3	666.093	677.541	1,7	786.239	792.563	0,8
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.339	25.677	-2,5	294.402	274.187	-6,9	367.883	341.657	-7,1
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	27.663	28.527	3,1	295.683	251.955	-14,8	390.638	293.317	-24,9
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	2.750	3.949	43,6	44.549	58.746	31,9	53.439	65.163	21,9
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.119	6.623	8,2	62.886	66.217	5,3	75.066	77.792	3,6
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	12.787	11.092	-13,3	118.889	39.192	-67,0	183.120	48.876	-73,3
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	545	0	-100,0	7.017	3.148	-55,1	8.548	4.159	-51,3
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2.304	2.810	22,0	19.207	27.559	43,5	20.863	32.535	55,9
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	891	1.304	46,5	9.072	11.375	25,4	12.510	14.341	14,6
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	354	332	-6,1	4.685	3.353	-28,4	8.280	4.052	-51,1
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	294	732	149,4	20.217	16.596	-17,9	21.057	17.180	-18,4
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	845	1.206	42,7	6.728	14.319	112,8	3.773	15.827	319,5
4.3.10 Impacto Primário do FIES	275	0	-100,0	-2.199	223	-110,1	-2.020	970	-148,0
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	499	479	-4,2	4.630	11.228	142,5	6.002	12.421	106,9
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	24.234	25.289	4,4	216.647	303.496	40,1	284.201	380.551	33,9
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.884	17.858	50,3	125.246	179.994	43,7	159.124	214.032	34,5
4.4.2 Despesas Discricionárias	12.349	7.431	-39,8	91.401	123.502	35,1	125.077	166.519	33,1
DESPESAS OBRIGATÓRIAS (= 4. DESPESA TOTAL - 4.4.2 Despesas Discricionárias)	123.892	133.729	7,9	1.381.424	1.383.677	0,2	1.703.885	1.641.569	-3,7

Fonte: STN; Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Loas/RMV – Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor)
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Diretor Adjunto)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)
Fábio Servo
José Ronaldo de Castro Souza Júnior
Leonardo Mello de Carvalho
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter
Andreza Aparecida Palma
Antônio Carlos Simões Florido
Cristiano da Costa Silva
Felipe Moraes Cornelio
Paulo Mansur Levy
Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão
Caio Rodrigues Gomes Leite
Diego Ferreira
Diego Rosalino Marques
Felipe dos Santos Martins
Izabel Nolau de Souza
Marcelo Lima de Moraes
Pedro Mendes Garcia
Rafael Pastre
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
